



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

**Processo nº:** 21.265/2018-e.

**Referência:** Despacho da Presidência

**Assunto:** Limite Remuneratório.

**Ementa:** Estudo realizado pelo Serviço de Legislação de Pessoal – Seleg. Critérios operacionais atualmente adotados para fins de aplicação dos limites remuneratórios, em relação aos membros e servidores do Tribunal, ativos, aposentados e pensionistas, bem como aos servidores cedidos de outros órgãos e entidades. Art. 19, X, da LODF. Emenda à LODF nº 99/2017. Decisões nº 4/2015, nº 17/2015, nº 4677/2015, nº 1084/2018 e nº 4060/2018. Item IV da Decisão nº 1619/2018

## **P A R E C E R Nº 107/2018-CJ**

Por respeitável despacho Presidencial, é honrada esta Consultoria Jurídica para análise do presente processo.

Cuidam os autos de estudos especiais, realizado pelo Serviço de Legislação de Pessoal – SELEG (Informação nº 783/2018 – Seleg) acerca dos critérios de aplicação dos limites remuneratórios em relação aos membros e servidores do Tribunal, ativos, aposentados e pensionistas, bem como aos servidores cedidos de outros órgãos e entidades, haja vista o disposto no art. 19, inciso X<sup>1</sup>, da LODF, com a redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 46/06; no § 5º do art. 19 da LODF<sup>2</sup>, com a redação dada pela Emenda à LODF nº 99/2017; nas Decisões nº 4/2015, nº 17/2015, nº 4677/2015, nº 1084/2018 e nº 4060/2018, bem como em face do item IV da Decisão nº 1619/2018.

---

<sup>1</sup> Art. 19. A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes do Distrito Federal obedece aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, motivação, participação popular, transparência, eficiência e interesse público, e também ao seguinte: [...] X – para fins do disposto no art. 37, XI, da Constituição da República Federativa do Brasil, fica estabelecido que a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos, dos membros de qualquer dos Poderes e dos demais agentes políticos do Distrito Federal, bem como os proventos de aposentadorias e pensões, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, na forma da lei, não se aplicando o disposto neste inciso aos subsídios dos Deputados Distritais;

<sup>2</sup> § 5º Aplica-se o disposto no inciso X a todas as empresas públicas e às sociedades de economia mista distritais, e suas subsidiárias.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

O estudo enfatiza o lastro normativo que fundamenta o teto constitucional aplicados a esta Cprte de Contas, em especial, disposto no art. 37, XI, da CF/88, que dispõe sobre o teto remuneratório do serviço público – norma de reprodução obrigatória – conforme dispositivo *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

[...]

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;

No âmbito da Administração distrital, pautado pela autorização expressa do § 12 do art. 37 da CF, vigora o teto único aplicável correspondente ao subsídio do Desembargador do TJDF. A teor do disposto na Emenda à LODF nº 46/06 a Lei Orgânica do Distrito Federal dispõe sobre o tema no inciso X do art 19:

Art. 19. A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes do Distrito Federal obedece aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, motivação, participação popular, transparência, eficiência e interesse público, e também ao seguinte:

[...]

X – para fins do disposto no art. 37, XI, da Constituição da República Federativa do Brasil, fica estabelecido que a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

funções e empregos públicos, dos membros de qualquer dos Poderes e dos demais agentes políticos do Distrito Federal, bem como os proventos de aposentadorias e pensões, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, na forma da lei, não se aplicando o disposto neste inciso aos subsídios dos Deputados Distritais;

A Lei Complementar nº 840/2011, em obediência à disciplina constitucional, determina, em seu art. 70, que o valor do teto de remuneração ou subsídio dos ocupantes de cargos e funções públicos não pode exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios:

Art. 70. A remuneração ou o subsídio dos ocupantes de cargos e funções públicos da administração direta, autárquica e fundacional, incluídos os cargos preenchidos por mandato eletivo, e os proventos, as pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não podem exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

§ 1º O valor do teto de remuneração ou subsídio deve ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal pelo Poder Executivo sempre que se alterar o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Nesse sentido, o teto aplicado aos servidores deste Tribunal de Conta é, portanto, o subsídio dos desembargadores do TJDF, correspondente ao percentual de 90,25% do subsídio mensal dos ministros do STF.

Com vistas a atender à finalidade da regra do teto constitucional – quais sejam: impedir a consolidação de “supersalários” incompatíveis com o princípio republicano e proteger o Erário – o estudo elaborado pelo Serviço de Legislação de Pessoal – SELEG (Informação nº 783/2018 – Seleg) aborda, com profundidade, a análise das Decisões que fundamentaram a autuação do presente processo, quais sejam: Decisões nº 04/2015-AD, nº 17/2015, nº 4.677/2015-SO, nº 1.084/2018 e nº 4.060/2018, bem como o item IV da Decisão nº 1.619/2018. Proceda-se, portanto, à análise das referidas Decisões bem como das considerações expendidas.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

**DECISÃO Nº 04/2015-AD (Acumulação de rendimentos/proventos)**

A Decisão nº 04/2015-AD (peça 2) proferida nos autos do Processo nº 11.980/2010, determinou que todos os casos de acumulação de proventos/rendimentos continuassem a ser verificados em autos individualizados, para fins de aplicação do teto remuneratório constitucional.

Referida decisão, pautada pelo entendimento firmado em caráter geral pelo STF no RE 609.381, determinou que, nos casos que ultrapassem o teto constitucional, deve ser adotada, por simetria, a Instrução Normativa nº 01/2011, da antiga Secretaria de Estado de Administração Pública – SEAP<sup>3</sup> (atual Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização – SEGAD), em conjunto com as Resoluções nºs 13, 14 e 42, do Conselho Nacional de Justiça, e Resoluções nºs 9 e 10, do Conselho Nacional Ministério Público.

A IN nº 01/11 – SEAP, por dispor sobre a aplicação do teto de retribuição para os servidores do Distrito Federal e regulamentar o abate-teto para os casos de acumulação de rendimentos/proventos, é um dos instrumentos normativos que é aplicado na análise do teto remuneratório nesta Corte de Contas.

Ocorre que, em 2017, o Supremo Tribunal Federal, por meio de Acórdão emitido no RE nº 612.975 e no RE nº 602.043, firmou o entendimento de que, nos casos constitucionalmente permitidos de acumulação de cargos/rendimentos, o teto remuneratório previsto pelo art. 37, XI, da CF/88 deve ser observado em cada remuneração individualmente, e não no somatório (ao contrário, portanto, do que dispõe a Decisão nº 04/2015-AD e a IN nº 01/11 – SEAP). Nesse sentido, cabe colacionar a tese firmada pelo STF nos casos mencionados:<sup>4</sup>

RE nº 612.975: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, vencido

---

<sup>3</sup> IN nº 01/2011-SEAP

Art. 1º. O teto de retribuição para os servidores do Distrito Federal, nos termos do inciso X do art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal corresponde a R\$ 24.117,62 (vinte e quatro mil, cento e dezessete reais e sessenta de dois centavos).

Demais dispositivos da instrução normativa constam da Informação nº 783/2018 – Seleg.

<sup>4</sup> Conforme devidamente mencionado na Informação nº 783/2018 – Seleg, “o TJDF já vem aplicando o referido entendimento, por exemplo, no Processo nº 0711168-39.2017.8.07.0018, em caráter liminar, e no Processo nº 2016.01.1.029136-4, com trânsito em julgado em 13.09.2017.”



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

o Ministro Edson Fachin, apreciando o tema 377 da repercussão geral, negou provimento ao recurso e fixou a seguinte tese de repercussão geral: "Nos casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público". Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 27.4.2017.

RE nº 602.043: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Edson Fachin, apreciando o tema 384 da repercussão geral, negou provimento ao recurso e fixou a seguinte tese de repercussão geral: "Nos casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público". Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 27.4.2017.

No entanto, cabe destacar que a Decisão nº 04/2015- AD ainda se encontra em vigor neste Tribunal e a IN nº 01/11 – SEAP permanece sendo aplicada por esta Corte de Contas, uma vez que ainda estão em andamento os RE`s nº 612.975 e nº 602.043 no STF.

**Nesse sentido, nas acumulações lícitas de rendimentos/proventos, entende-se ser cabível a aplicação da referida Decisão nº 04/2015- AD e IN nº 01/11 – SEAP até o desfecho que vier a ser dado em definitivo nos RE´s nº 612.975 e nº 602.043.**

Nos casos de aposentadoria cumulada com pensão, em matéria da incidência do teto remuneratório, o Despacho da Presidência no âmbito do Processo nº 34.237/2014 acolheu o Parecer 102/2015-CPJ e Complementação para determinar que, nos casos de acumulação lícita de proventos com pensão, *“cada qual fica sujeito ao teto remuneratório, individualmente, até eventual decisão, em sentido contrário.”*

O referido estudo também cita os casos de acumulação de pensões, e aponta que “nessas situações, a matéria ainda encontra-se pendente de orientação nesta Corte. Dois dos Processos que abordaram individualmente o assunto foram os de nº 33.508/2014 e nº 33.613/2014.”

No Processo nº 33.508/2014, o Parecer nº 16/2016-CJP e Complementação, acompanhado pela Presidência, concluiu que:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Daí este parecer, preliminarmente, por que seja considerada a aplicação da Resolução nº 13/2006-CNJ, reportada na Decisão TCDF nº 4/2015-AD (fl. 18), caso em que deve ser arquivado o presente processo *si et in quantum*, por não haver o que providenciar, no presente momento, ao aguardo de Decisão do STF, nos RE nº 602.584 e 609.381, com tema de Repercussão Geral já reconhecida, conquanto sem embargo de oficiar-se ao MF (órgão pagador da pensão do montepio), para dar-se-lhe ciência desta acumulação, com vistas a eventuais providências cabíveis, no âmbito de sua alçada.

Tendo em vista que o RE nº 602.584 ainda está em trâmite no Órgão, foi adotado o posicionamento pelo arquivamento dos autos *si et in quantum* até o desfecho do RE nº 602.508, tendo sido apurado o teto remuneratório individualmente naquela ocasião.

**Em síntese, nos casos de acumulação lícita de proventos de aposentadoria com pensão, entende-se pela manutenção do cálculo individualizado do teto remuneratório, com base no Despacho da Presidência exarado no Processo nº 34.237/2014, acolhendo o Parecer 102/2015-CPJ e Complementação. Por sua vez, nos casos de acumulação de pensões nesta Corte, compreende-se pela apuração do teto individualizado, observando o desfecho que vier a ser dado ao RE nº 602.584 pelo STF, em conformidade com o Parecer nº 16/2016-CJP e Complementação, constante do Processo nº 33.508/2014;**

Quanto à aplicação do teto remuneratório quando houver cessões ou requisições, cumpre mencionar a incidência, nesta Corte de Contas, do Parecer nº 099/2014-PROPS/PGDF cujo efeito normativo foi atribuído pelo Chefe do Poder Executivo por força do Despacho de 29.05.2015, publicado no DODF nº 107, de 05.06.15.

Nos específicos casos de cessão envolvendo entidades da Administração Indireta independentes, levando-se em conta os termos do Parecer nº 099/2014-PROPS/PGDF com efeito normativo, o teto remuneratório não seria aplicável à remuneração percebida pelo servidor cedido na empresa estatal, considerando o art. 37, §9º, da CF/88:<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Parecer nº 099/2014-PROPS/PGDF. “49. Dúvida poderá haver quando a entidade cedente não estiver sujeita ao teto remuneratório, por se tratar de empresa pública, sociedade de economia pública e suas subsidiárias, que forem independentes, nos termos do art. 37, §9º, da Constituição Federal [...]51. Sendo



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Art. 37 [...] §9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, **que receberem recursos** da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

Ocorre que o referido Parecer foi exarado em 2014, anterior, portanto, da Emenda à Lei Orgânica (ELO) nº 99/2017, a qual alterou o artigo 19, parágrafo 5º, da LODF, de modo a prever a obrigatoriedade da observância da regra do teto remuneratório constitucional **por todas as empresas estatais distritais (empresas públicas, sociedades de economia mista e subsidiárias), inclusive as que não recebem repasses orçamentários do DF para custeio de pessoal.**

Mencione-se que referida abrangência não consta do texto constitucional, que em seu art. 37, § 7º, afirma que o teto constitucional incide sobre as empresas estatais dependentes (que recebam repasses orçamentários para seu custeio), isto é, retira o dever de observância do teto constitucional pelas empresas estatais independentes. A disciplina introduzida pela ELO nº 99/17 é, portanto, matéria de inovação normativa em relação a preceito de origem constitucional (art. 37, §9º, da CF/88).

Por esse motivo, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Distrito Federal – SINDAGUA/DF – ingressou com pedido de Tutela de Urgência na 11ª Vara do Trabalho de Brasília, visando à abstenção da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB – de aplicar o teto sobre a remuneração dos servidores, até decisão final sobre o assunto.

O pedido **foi concedido** em regime de urgência em favor da reclamante e os autos, de nº 0001117-75.2017.5.10.0018.

Ressalte-se que, até o momento, ainda não há qualquer declaração de

---

independentes, o ente cessionário (Distrito Federal) somente poderá fazer glosa de teto remuneratório em relação à remuneração de eventual cargo comissão exercido no Distrito Federal, considerado de per si, ou seja, sem considerar o somatório das remunerações.”



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

inconstitucionalidade ou outra decisão que determine a não aplicação da ELO nº 99/2017 em relação a este Tribunal.

Cabe reiterar que as decisões proferidas nos autos da ação ingressada pelo SINDAGUA/DF, por esta se tratar de controle difuso de constitucionalidade – isto é, análise do caso concreto com efeito *inter partes* – geram, como regra, efeitos apenas entre as partes. Diferem-se, portanto, do controle concentrado de constitucionalidade, viabilizado por meio de processos objetivos (ADI, ADC, ADPF, ADO) que geram, caracteristicamente, eficácia *ultra partes* ou *erga omnes* (isto é, para além das partes – para outros que se encontrem em mesma ou similar situação – ou para todos).

Nesse sentido, o estudo profere entendimento, em seu item 44, no sentido de afirmar que “a eficácia da liminar, e da proveniente sentença de mérito, proferida na Ação nº 0001117-75.2017.5.10.0018 envolve apenas as partes litigantes, a rigor.”

Foi com base nesse entendimento que, em análise do Processo nº 22.076/2016, foi elaborado o Parecer nº 90/2018 (peça 22), quando da análise da acumulação de rendimentos de servidor da CAESB, cedido a este Tribunal de Contas.

Na oportunidade, ao considerar os efeitos da decisão liminar proferida nos autos da ação nº 0001117-75.2017.5.10.0018, ingressada pelo SINDAGUA/DF – agente distinto da CAESB – compreendeu-se que, por força do que determina o art. 506, *caput*,<sup>6</sup> do Código de Processo Civil:

“não se pode submeter alguém e, neste caso, leia-se: o TCDF, a cumprir determinada decisão sem a devida garantia da ampla defesa e contraditório, tendo em vista que não fez parte do polo passivo processual da demanda aforada na Justiça do Trabalho, o que, de per si, não obriga esta Corte a cumprir a referida liminar, pois, caso contrário, estar-se-ia falar em flagrante cerceamento de defesa, instituto amparado pela CF/88, em seu inciso LV do artigo 5º: “(...) LV -aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;”

Ocorre que, a despeito da correta análise e conclusão do nobre assessor

---

<sup>6</sup> Art. 506. A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

jurídico, supervenientemente, tomou-se conhecimento de que **a d. Procuradoria-Geral do Distrito Federal apresentou pedido de intervenção e manifestação no mencionado processo (fls. 598 a 620)**. Tendo em vista que o Tribunal de Contas do DF é um órgão do distrito federal, destituído, portanto, de personalidade, há que se mencionar que está inserido na estrutura da Unidade Federada que o controla: o Distrito Federal. Desta feita, compreende que este Tribunal figura como interessado na referida Ação. Conclui-se, portanto, que a liminar proferida no Processo nº 0001117-75.2017.5.10.0018, deve ser obedecida por esta Corte de Contas.

### **DECISÃO Nº 17/2015**

Ainda no que diz respeito aos servidores cedidos, cabe esclarecer que a Decisão nº 17/2015, peça 3, estabeleceu expressamente, em seu item III, que o teto remuneratório deve ser apurado e, se o caso, abatido na forma do art. 6º da IN nº 1/11 – SEAP, que estatui:

Art. 6º Ao servidor requisitado pelo Distrito Federal, os descontos serão feitos na remuneração do cargo em comissão ou função de confiança, considerando-se o somatório das remunerações percebidas nos diversos entes federativos, devendo ser aplicado o limite de retribuição que for maior, entre aqueles vigentes no ente federativo cedente e no cessionário, descontados os valores eventualmente já glosados pelo outro ente federativo a título de teto remuneratório.

Parágrafo Único. Quando o servidor do Distrito Federal for cedido para outro ente da federação, será aplicado o teto de retribuição previsto no art. 1º desta Instrução Normativa apenas em relação ao cargo efetivo ocupado no Distrito Federal.

Nesse sentido, o estudo conclui, **nos casos de cessão de servidores para exercer cargo em comissão ou função de confiança em outro órgão ou entidade**, deve ser mantida a aplicação da Decisão nº 17/2015.

### **DECISÃO Nº 4.677/2015-SO**

O estudo informa que medidas saneadoras foram adotadas nos termos do que determinou a Decisão nº 4.677/2015-SO, exarada na Sessão Ordinária nº 4816, de 08.10.2015, no Processo nº 19.700/2014.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

No andamento dos autos, entretanto, o caso específico do ex-Conselheiro Jorge Caetano permaneceu no aguardo do trâmite da ACP nº 2008.01.1.124548-9 quanto à acumulação de dois proventos de aposentadoria, em que se discutiu a aplicabilidade do teto remuneratório nos casos de acumulação de rendimentos/proventos.

Informa-se que, em junho/2018, a ACP recebeu Acórdão no âmbito do TJDF, citando expressamente o entendimento do STF no RE nº 612.975. Na oportunidade, o TJDF reconheceu que a matéria dos autos não se amolda ao precedente do STF (RE nº 612.975). Isso porque, na controvérsia do paradigma discutia-se a incidência do teto remuneratório em hipótese de autorização constitucional de acumulação remunerada dos cargos públicos (artigo 37, XVI, 'c', CF), caso este que difere do caso dos autos analisados na oportunidade. O Tribunal considerou que:

o artigo 11 da EC nº 20/1998 não autoriza a acumulação remunerada de cargos em forma diversa da prevista no inciso XVI do artigo 37 da CF, mas apenas assegura o direito adquirido daqueles que, até a publicação da emenda constitucional, já percebiam simultaneamente proventos de aposentadoria com remuneração de cargo, emprego ou função da ativa, tanto porque prestaram novo concurso público quanto porque ingressaram no serviço público nas formas autorizadas pela Carta Magna, ambos até a publicação da EC nº 20/1998. Todavia, não integrou a controvérsia fática do precedente o debate relativo à possibilidade de acumulação de proventos de aposentadoria com remuneração correspondente a exercício efetivo - atividade - de cargo, emprego em função, quando, entre esses dois vínculos, não existe autorização constitucional de acumulação remunerada, nos moldes do artigo 37, XVI, da CF.

Em conclusão, o TJDF não alterou seu entendimento e manteve o acórdão originário no seguinte sentido:

[...] a CF permite a acumulação de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo em comissão, mas não autoriza que tal acumulação autorizada sobrepuje o teto constitucional remuneratório. Disso resulta a leitura conjunta do artigo 37, § 10, com o artigo 40, § 11, da CF, e do artigo 11, parte final, da EC nº 20/1998 ("aplicando-se-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 deste mesmo artigo").

[...] Faz-se necessário preservar o mister constitucional do STF, legítima autoridade para o processamento e julgamento dos recursos extraordinários, pois esta Corte de Justiça a ele não pode substituir, a pretexto de rejugamento de seus acórdãos em função de paradigma da repercussão geral, quando não há tese estritamente relacionada ao caso que foi examinado em sede de Apelação Cível.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

**DECISÃO Nº 4.060/2017 e 1.084/2018**

A Decisão nº 4.060/2017, em atendimento ao andamento das Ações Judiciais no âmbito do STJ e do STF<sup>7</sup>, categoricamente estabeleceu que, ao integrantes da Polícia Militar do Distrito Federal, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal, **aplica-se o limite remuneratório previsto para a União, e não para o DF**, o que encontra conformidade com o disposto no art. 21, XIV, da CF/88, que afirma competir à União “*XIV - organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio.*”

A recente Decisão nº 1.084/2018, exarada pelo Plenário do TCDF no Processo nº 39.765/2006, este Tribunal de Contas reiterou os termos das Decisões nº 6.776/2008 e nº 4.060/2017 (peça 6), ressaltando a necessidade de se comunicar aos Excelentíssimos Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Governador do Distrito Federal o inteiro teor das Decisões.

**DECISÃO Nº 1.619/2018**

Conforme teor da Decisão nº 1.619/2018, exarada no Processo nº 11.784/2014, seu item IV assim determinou:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] IV – reiterar ao Excelentíssimo Senhor Governador o disposto no item VI.1 da Decisão 5589/2015, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, “se manifeste acerca do entendimento firmado no Parecer n.º 31/2013PROPES/PGDF, que permite aos Procuradores e Defensores Públicos do Distrito Federal perceberem como limite remuneratório o valor do subsídio de Ministro do STF”.

Esta Corte estabeleceu um prazo de 60 dias, prorrogado por mais 30 dias, para manifestação do Excelentíssimo Governador do DF acerca do teor do Parecer nº 31/2013-PROPES/PGDF.

---

<sup>7</sup> A matéria foi submetida à análise, no âmbito do STJ, por meio do RMS nº 33.172/ DF, do RMS nº 9115/DF, do REsp nº 623310/DF e do REsp nº 601886/DF; e no âmbito do STF, no Ag. Reg. no Recurso Extraordinário nº 655.949.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

O referido Parecer nº 31/2013-PROPES/PGDF, aprovado pelo Governador em Despacho de 28.04.14, publicado no Diário da Câmara Legislativa de 15.08.14, afirma que o limite remuneratório constitucional aplicado aos Ministros do STF foi estendido aos Procuradores do DF de modo que sobre eles incidiria o teto remuneratório da União.

Conforme já reiteradamente abordado no Processo que deu origem à Decisão nº 5.889/2015, o fundamento principal que suscitou a elaboração do Parecer nº 31/2013-PROPES/PGDF e, posteriormente, o acolhimento pelo Governo do DF, atribuindo-se, por consequência, o teto remuneratório federal aos Procuradores do DF, foi a Decisão liminar deferida na ADI nº 3854, ajuizada pela AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) no STF.

Nessa Ação, o Supremo deferiu, em sede de liminar, o pedido feito e entendeu, a princípio, ser inconstitucional haver subteto entre a magistratura federal e estadual, em face dos princípios da unidade do Poder Judiciário e da isonomia.

O estudo se alinha pela aplicação do teto remuneratório distrital aos Procuradores do DF e à Defensoria Pública, no mesmo sentido já percorrido pelo Plenário desta Corte ao exarar a Decisão nº 5.589/2015, reiterada pelo item IV da Decisão nº 1.619/2018, no Processo nº 11.784/2014.

No entanto, a força normativa do Parecer ainda não foi afastada, até porque ainda se encontra pendente a manifestação do Governo do Distrito Federal, conforme provocado pela Decisão nº 1.619/2018.

Nesses termos, tendo em vista a necessidade de considerar a manifestação do Governador sobre o assunto, compreende-se que a aplicação do Parecer nº 31/2013PROPES/PGDF deve ser analisada no Processo nº 11.784/2014, no qual está em estudo a aplicação do teto remuneratório objeto das Decisões nº 5.589/2015 e nº 1.619/2018.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Quanto ao teto aplicável aos Conselheiros e Membros do MPjTCDF, observa-se a simetria do Tribunal de Contas com a Magistratura decorrente dos arts. 73, § 3º<sup>8</sup>, e 75º<sup>9</sup> da Constituição. Pela regra da simetria, os direitos, garantias e prerrogativas da magistratura são aplicáveis, no que couber, também aos Membros do TCDF.

Conforme extensamente aduzido do estudo em análise, é incontroversa a vinculação remuneratória dos Conselheiros dos Tribunais de Contas estaduais ao limite de teto remuneratório ao qual os Desembargadores dos Estados também estão, isto é, 100% do subsídio dos Ministros do STF, em razão da Decisão liminar emitida na citada ADI nº 3854.

Quanto ao teto dos membros do Ministério Público de Contas, em função do decidido pelo Supremo Tribunal Federal na ADI nº 3854, também deve ser aplicado o teto federal, haja vista a simetria entre os Membros do MP e os Membros da magistratura, conforme já reconhecido tanto pelo CNJ quanto pelo CNMP.

Considerando a simetria entre o MPDFT e o MP junto ao TCDF, afigura-se correto aplicar também aos Membros deste Órgão o teto remuneratório referente a 100% do subsídio dos Ministros do STF. Isso porque, por ser um dos ramos do MPU, o MPDFT também se encontra submetido unicamente ao teto federal.

Destarte, finalizadas as considerações submetidas à análise, esta Consultoria Jurídica, restrita à análise técnico-jurídica do caso, sugere, tendo em vista a relevância do tema, a apreciação do tema pelo Plenário, e opina:

**1. nos casos constitucionalmente permitidos de acumulação de cargos/rendimentos, o somatório dos rendimentos/proventos seja submetido ao teto remuneratório, mantidos, portanto, os critérios Decisão nº**

---

<sup>8</sup> Art. 73. O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96. [...] § 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40.

<sup>9</sup> Art. 75. As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios. Parágrafo único. As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

04/2015- AD, a qual determina a aplicação por simetria da IN nº 01/11 – SEAP inclusive na acumulação de rendimentos/proventos que não envolvam empresa pública ou sociedade de economia mista independente, devendo-se observar o desfecho que vier a ser dado em definitivo nos RE's nº 612.975 e nº 602.043.

**2. nos casos de acumulação lícita de proventos de aposentadoria com pensão**, a manutenção do cálculo individualizado do teto remuneratório, com base no Despacho da Presidência exarado no Processo nº 34.237/2014, acolhendo o Parecer 102/2015-CPJ e Complementação;

**3. nos casos de acumulação de pensões nesta Corte**, a apuração do teto individualizado, observando o desfecho que vier a ser dado ao RE nº 602.584 pelo STF, em conformidade com o Parecer nº 16/2016-CJP e Complementação, constante do Processo nº 33.508/2014;

**4. nos casos de cessão de servidores para exercer cargo em comissão ou função de confiança em outro órgão ou entidade**, compreende-se pela manutenção da Decisão nº 17/2015;

**5. aos servidores cedidos da PMDF, PCDF e CBMDF**, a aplicação do teto remuneratório aplicado na União, à luz do art. 21, XIV, CF/88, tendo como amparo, também, a Decisão nº 1.084/2018;

**6. nos casos de cessão envolvendo entidades da Administração Indireta independentes**, compreende que este Tribunal figura como interessado no Processo nº 0001117-75.2017.5.10.0018, de modo que os efeitos das decisões de mérito e liminares atingem esta Corte de Contas;

**7. nos casos envolvendo a aplicação do Parecer nº 31/2013-PROPES/PGDF**, sugere-se que o tema aguarde o deslinde do Processo nº 11.784/2014;

**8. aos Conselheiros do TCDF e Procuradores do MPjTCDF**, pela aplicação do teto remuneratório da União.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

É o que nos parece.

Brasília, 27 de agosto de 2018.

Ana Luisa Tarter Nunes  
**Assessora**

Ciente.

De acordo.

Ao Gabinete da Presidência, com as vênias de estilo.

**TÚLIO MÁRCIO CUNHA E CRUZ ARANTES**  
**Consultor Jurídico**